

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional (Base 2006)

1º Trimestre de 2011

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

No ano acabado no 1º trimestre de 2011, a necessidade de financiamento da economia diminuiu, atingindo 7,7% do PIB comparativamente com 8,4% verificado no ano acabado no trimestre anterior. Esta variação esteve associada à diminuição da necessidade de financiamento das Administrações Públicas (de 9,2% no 4º trimestre de 2010 para 8,7% do PIB no 1º trimestre de 2011) e, em menor grau, ao aumento da capacidade de financiamento das Famílias (de 3,9% para 4,1% do PIB).

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 1º trimestre de 2011 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. **Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se a somas ou médias móveis de 4 trimestres (mm4), ou seja, correspondentes ao ano acabado no trimestre de referência**, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. As taxas de variação apresentadas, taxas de variação em cadeia, comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

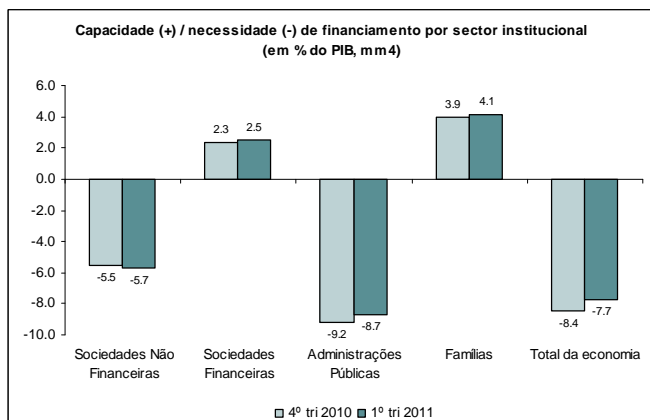
Adicionalmente, referira-se que estas contas são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Esta nota informativa está organizada da seguinte forma: as próximas 4 secções descrevem a evolução dos principais agregados por sector institucional; a secção seguinte sintetiza esta evolução em termos dos agregados respeitantes ao conjunto da economia Contas Nacionais – 1º trimestre de 2011

portuguesa; a penúltima secção descreve o comportamento das remunerações e dos custos de trabalho por unidade produzida; a última secção refere os principais factores subjacentes à revisão das estimativas anteriores.

1º Trimestre 2011 – Principais resultados

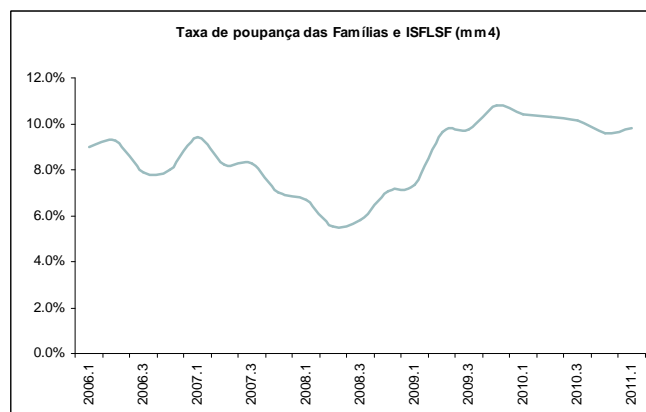
No 1º trimestre de 2011 a necessidade de financiamento externo da economia atingiu 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no trimestre anterior. Este comportamento, como se pode observar no gráfico seguinte, reflectiu sobretudo a redução da necessidade de financiamento das Administrações Públicas. Verificou-se também um ligeiro aumento da capacidade de financiamento das Famílias em 0,2 p.p. do PIB. As Sociedades Financeiras apresentaram um aumento da respectiva capacidade de financiamento com aproximadamente a mesma magnitude, mas que foi compensada por um aumento também em cerca de 0,2 p.p. do PIB da necessidade de financiamento do sector das Sociedades não Financeiras.



Sector das Famílias¹

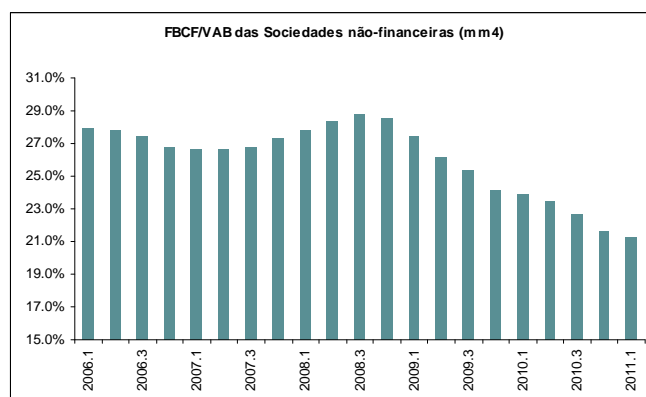
O aumento da capacidade de financiamento do sector das Famílias, que se situou em 4,1% do PIB no 1º trimestre de 2011, mais 0,2 p.p. que o registado no trimestre anterior, reflectiu uma inflexão do comportamento da taxa de poupança. Efectivamente, a taxa de poupança no 1º trimestre 2011 (ver gráfico seguinte), inverteu a trajectória descendente, fixando-se em 9,8% (9,6% no quarto trimestre de 2010). Ao contrário do trimestre anterior em que o crescimento do consumo privado suplantou o crescimento do rendimento disponível das famílias (0,9% e 0,3%, respectivamente), no 1º trimestre de 2011 o rendimento disponível aumentou 0,7% enquanto o crescimento do consumo privado se cifrou em 0,4%. O aumento do rendimento disponível esteve associado sobretudo a uma evolução positiva do saldo dos rendimentos de propriedade recebidos pelas Famílias. Com efeito oposto há a destacar o aumento dos impostos sobre rendimento e património, que mantiveram a tendência crescente observada no 4º trimestre de 2010, embora com menor intensidade. Ao

nível dos rendimentos primários, as remunerações do trabalho registaram uma variação nula no 1º trimestre de 2011, após um aumento de 0,2% no trimestre anterior, reflectindo em larga medida o decréscimo das remunerações pagas pelo sector das Administrações Públicas.



Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no sector das Sociedades Não Financeiras manteve uma trajectória decrescente, registando uma taxa de variação em cadeia de -1,2% (-4,8% no 4º trimestre de 2010). A taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do sector) diminuiu 0,4 p.p. no 1º trimestre de 2011 para 21,2%.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

O aumento da necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras no 1º trimestre em cerca de 0,2 p.p. do PIB foi marcado pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade, decorrente do aumento do endividamento e das taxas de juros associadas.

A capacidade de financiamento do sector das Sociedades Financeiras aumentou ligeiramente para 2,5% do PIB (mais 0,2 p.p. que no 4º trimestre de 2010).

Considerando em conjunto os dois sectores das sociedades, a necessidade de financiamento manteve-se estável em cerca de 3,2% do PIB.

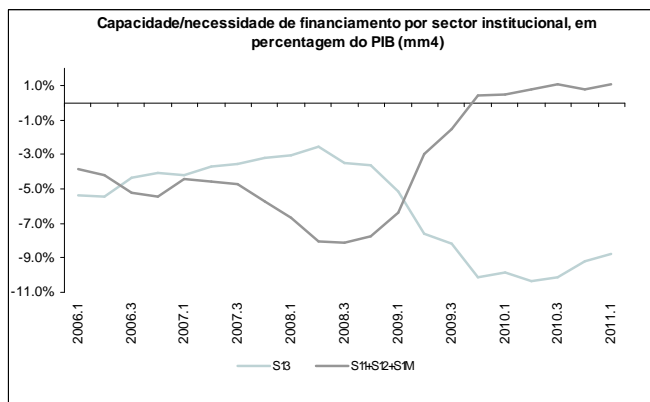
Sector das Administrações Públicas

A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 0,5 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2011, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 8,7% do PIB. Esta redução da necessidade de financiamento resultou essencialmente de uma poupança corrente menos negativa que no trimestre anterior. A melhoria da poupança corrente foi devida à redução da despesa de consumo final das AP, associada em parte ao comportamento dos encargos com remunerações, e ao aumento das receitas fiscais. Estas variações mais que compensaram o aumento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade, onde se incluem os juros da dívida pública.

Tomando valores trimestrais, comparativamente ao trimestre homólogo houve uma melhoria da necessidade de financiamento em cerca de 709 milhões de euros. Esta melhoria não é tão acentuada como a revelada pela informação em contabilidade pública. Efectivamente, o tratamento da informação na óptica

das contas nacionais obriga a um conjunto de ajustamentos com um impacto significativo na necessidade de financiamento das AP. Entre esses ajustamentos, destacam-se quatro. Em primeiro lugar, em contas nacionais são considerados, em cada período contabilístico, os juros corridos da dívida pública e não os juros pagos. No 1º trimestre a diferença entre juros corridos e pagos é particularmente acentuada. Em segundo lugar, procurando aproximar a receita fiscal dos factos económicos que lhe estão subjacentes, é feito um ajustamento temporal das cobranças de alguns impostos e das contribuições sociais. Desta forma, uma parte substancial da receita cobrada no 1º trimestre de 2011 é atribuída ao trimestre precedente. Em contrapartida, uma parte da receita do 2º trimestre de 2011 é registada do 1º trimestre. O efeito líquido deste ajustamento foi consideravelmente negativo no 1º trimestre de 2011. Outro factor de ajustamento diz respeito a dívidas contraídas e não pagas no 1º trimestre, deduzidas do pagamento de dívidas de trimestres anteriores. Em quarto lugar, o sector das AP em contabilidade nacional não é idêntico ao da contabilidade pública, determinando a necessidade do ajustamento correspondente.

A melhoria do saldo das AP no 1º trimestre de 2011 foi acompanhada pela melhoria do saldo conjunto das Sociedades e das Famílias interrompendo-se assim a aparente simetria que as respectivas evoluções vinham evidenciando.



Total da Economia

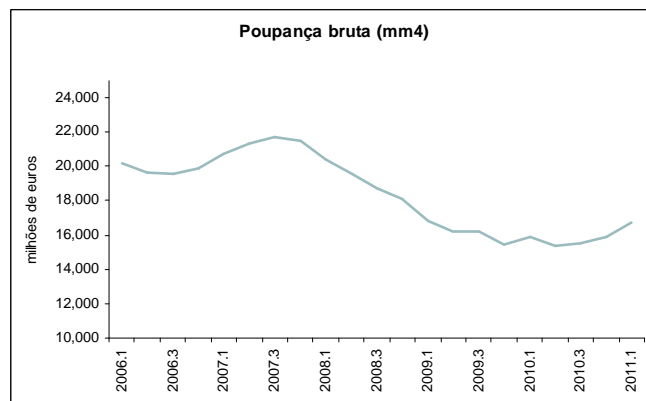
O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou em termos nominais, no ano terminado no 1º trimestre de 2011, uma taxa variação em cadeia superior em 0,2 p.p. à taxa de variação do PIB, reflectindo a diminuição registada no défice dos rendimentos primários com o exterior.

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T1	170 306	0.6	164 687	0.5	166 346	0.4
2008T2	171 304	0.6	165 440	0.5	166 971	0.4
2008T3	172 138	0.5	165 936	0.3	167 572	0.4
2008T4	171 983	-0.1	165 836	-0.1	167 636	0.0
2009T1	170 733	-0.7	164 217	-1.0	165 951	-1.0
2009T2	169 275	-0.9	162 649	-1.0	164 324	-1.0
2009T3	168 644	-0.4	162 390	-0.2	163 830	-0.3
2009T4	168 586	0.0	161 761	-0.4	163 086	-0.5
2010T1	169 833	0.7	163 365	1.0	164 616	0.9
2010T2	170 972	0.7	164 498	0.7	165 885	0.8
2010T3	172 407	0.8	165 666	0.7	167 123	0.7
2010T4	172 700	0.2	166 828	0.7	168 165	0.6
2011T1	173 001	0.2	167 421	0.4	168 946	0.5

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação em cadeia superior em 0,1 p.p. à do RNB, devido ao aumento do saldo das transferências correntes com o exterior.

A despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um ligeiro decréscimo (variação nula no caso de arredondamento a uma casa decimal), o que, dado o aumento de 0,5% do RDB, teve como consequência um

aumento da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.



Os efeitos conjugados do aumento da poupança corrente, do aumento do saldo das transferências de capital com o exterior e da redução do investimento, determinaram a diminuição da necessidade de financiamento externo da economia em cerca de 0,7 p.p. do PIB, como se pode observar no quadro seguinte.

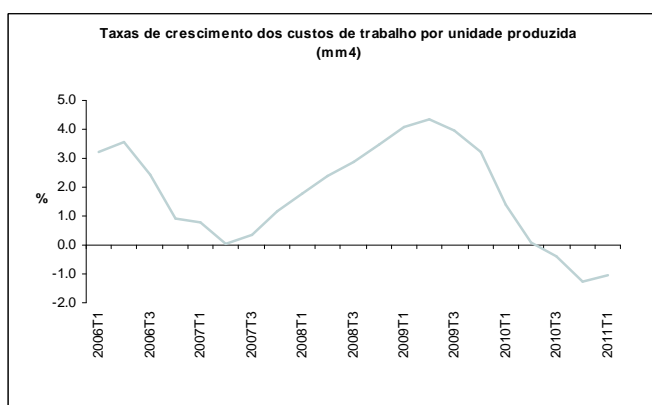
ano acabado no trimestre	unidade: % do PIB				
	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade de liquida de financiamento	
2008T1	12.0	1.1	22.9	-9.7	
2008T2	11.4	1.1	23.1	-10.6	
2008T3	10.9	0.9	23.3	-11.6	
2008T4	10.6	1.0	22.9	-11.4	
2009T1	9.8	0.8	22.1	-11.5	
2009T2	9.6	1.0	21.2	-10.6	
2009T3	9.6	1.1	20.4	-9.7	
2009T4	9.2	1.1	19.9	-9.7	
2010T1	9.4	1.1	19.8	-9.3	
2010T2	9.0	1.0	19.6	-9.6	
2010T3	9.0	1.0	19.2	-9.1	
2010T4	9.2	1.4	19.0	-8.4	
2011T1	9.7	1.4	18.8	-7.7	

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

A remuneração média² na economia manteve a tendência para a desaceleração, estimando-se que a taxa de crescimento no 1º trimestre de 2011 tenha atingido 1,2%, menos 0,4 p.p. que no período anterior.

² Remuneração por trabalhador.

Os CTUP continuaram a evidenciar uma variação negativa, embora menos acentuada que a do trimestre anterior, que se observa no gráfico seguinte, em consequência sobretudo da desaceleração dos ganhos de produtividade, que aumentaram 2,3%, menos 0,6 p.p. que no período anterior.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 4º trimestre de 2011, é de destacar:

- (i) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT);
- (ii) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente ao nível das estatísticas monetárias e da Balança de Pagamentos.

Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11), Sociedades financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M), total da economia (S1) e Resto do Mundo (S2):**

- Operações sobre bens e serviços (P):

- P.1 Produção
- P.2 Consumo intermédio
- P.3 Despesa de consumo final
 - P.31 Despesa de consumo individual
 - P.32 Despesa de consumo colectivo
- P.4 Consumo final efectivo
 - P.41 Consumo efectivo individual
 - P.42 Consumo efectivo colectivo
- P.5 Formação bruta de capital
 - P.51 Formação bruta de capital fixo
 - P.52
- Variação de existências
- P.53 Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
- P.6 Exportação de bens e serviços
 - P.61 Exportação de bens
 - P.62 Exportação de serviços
- P.7 Importação de bens e serviços
 - P.71 Importação de bens
 - P.72 Importação de serviços

- Operações de distribuição (D)

- D.1 Remunerações dos empregados
 - D.11 Ordenados e salários
 - D.12 Contribuições sociais dos empregadores
 - D.121 Contribuições sociais efectivas dos empregadores
 - D.122 Contribuições sociais imputadas dos empregadores
- D.2 Impostos sobre a produção e a importação
 - D.21 Impostos sobre os produtos
 - D.29 Outros impostos sobre a produção
- D.3 Subsídios
 - D.31 Subsídios aos produtos
 - D.39 Outros subsídios à produção

- D.4 Rendimentos de propriedade
- D.41 Juros
- D.42 Rendimentos distribuídos das sociedades
- D.43 Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
- D.44 Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
- D.45 Rendas
- D.5 Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
- D.6 Contribuições e prestações sociais
- D.61 Contribuições sociais
- D.62 Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
- D.63 Transferências sociais em espécie
- D.7 Outras transferências correntes
- D.71 Prémios líquidos de seguros não-vida
- D.72 Indemnizações de seguros não-vida
- D.73 Transferências correntes entre administrações públicas
- D.74 Cooperação internacional corrente
- D.75 Transferências correntes diversas
- D.8 Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
- D.9 Transferências de capital
- D.91 Impostos de capital
- D.92 Ajudas ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital
- D.92 Subsídios ao investimento
- D.99 Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

- K.1 Consumo de capital fixo

- Saldos (B)

- B.1 Valor acrescentado / B.1* Produto interno
- B.2/B.3 Excedente de exploração/ Rendimento misto
- B.5 Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
- B.6 Rendimento disponível
- B.7 Rendimento disponível ajustado
- B.8 Poupança
- B.9 Capacidade/necessidade líquida de financiamento